

MOÇÃO

Desinvestimento no Ensino Superior

A educação é um dos pilares mais importantes na constituição da sociedade, e significa um direito basilar da mesma. Por este motivo, não se admite qualquer outro ponto de vista referente a esta realidade que não o tenha como uma das prioridades globais – muito mais do que nacionais -, caminhando para um sistema inclusivo, exigente, de qualidade e rigor.

No que diz respeito ao Ensino Superior, as expectativas não são diferentes, por forma a possibilitar cada vez mais a qualificação dos jovens portugueses, tornando-os não só melhores profissionais como melhores cidadãos. Por isto, o Ensino Superior e toda a sua rede e estrutura deve assentar numa base que permita o seu melhor funcionamento.

Isto só se torna possível se todos os intervenientes que constituem o Ensino Superior se comprometerem igualmente a fazer por que este seja um sistema o mais harmonioso possível. Por parte dos alunos, espera-se empenho e interesse; por parte dos professores, disponibilidade e conhecimento; por parte da tutela, o investimento financeiro, material e imaterial.

No entanto, os últimos dados revelados no relatório “Estado da Educação 2016”, da autoria do Conselho Nacional de Educação (CNE) vêm contrariar significativamente este mesmo compromisso que o Movimento Associativo Nacional crê que seja crucial para a estrutura do Ensino Superior.

É com lamento que, neste momento, os estudantes vêem que foram reduzidos 42 milhões de euros relativos à execução orçamental de 2016, comparativamente com o ano anterior, para o Ensino Superior; lamento esse que se torna mais significativo quando verificámos, por inúmeras vezes, o compromisso por parte da tutela em como o Ensino Superior seria uma prioridade inequívoca no país.

As Federações e Associações Académicas e de Estudantes lamentam, portanto, que, contrariamente ao que foi garantido aos estudantes e à rede do Ensino Superior, que o financiamento esteja no valor mais baixo de 2012, e que a Ação Social Direta não tenha sido tampouco alvo de investimento por parte da tutela, apesar da promessa de que iria sofrer um aumento do seu financiamento. Lamentamos ainda que, apesar deste panorama desmotivador, os 317 milhões de euros pagos em propinas pelos estudantes em 2016 tenham sido o valor mais alto desde 2007.

A este ponto, importa aferir explicações acerca destes mesmos valores e desinvestimentos, que colocam em causa a sustentabilidade do Ensino Superior e, por conseguinte, a formação de milhares de jovens portugueses. Assim, as Federações Académicas e de Estudantes exprimem o seu total desagrado para com o panorama atual e exigem um cabal esclarecimento por parte da tutela, apesar de considerarem injustificável a colocação do Ensino Superior num segundo plano no quadro das prioridades governativas.

Reforça-se ainda que o caminho para um Ensino Superior de sucesso não pode passar pelo desinvestimento e pela subvalorização do sistema, pelo que medidas como as supramencionadas colocam gravemente em causa esse mesmo sucesso.

Lisboa, 16 e 17 de dezembro de 2017

Proponente: AAL

Destinatário: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior